

Sociologia na América Latina: giros epistemológicos e epistêmicos

Recebido: 02.12.17
Aprovado: 06.05.19

Paulo Henrique Martins*

* Paulo Henrique Martins é professor titular de sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. Bolsista 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ex-presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (Alas). Orcid: 0000-0002-6297-3575. <paulohenrique.mar@gmail.com>.

Resumo: Este artigo destaca a emergência de uma sociologia geral na América Latina, organizada a partir de três diferentes perspectivas sociológicas: aquela “sobre” a América Latina, aquela “da” América Latina e aquela “na” América Latina. Estes diversos campos de sentidos foram organizados a partir das leituras intelectuais sobre as brechas surgidas entre a colonização capitalista na região e as reações anticoloniais, desde o século XIX até o presente. Uma grande novidade neste debate é compreender que a emergência de uma sociologia geral marcando os traços de uma sociologia regional transnacional constitui um fato inédito, quando se observa que as tendências dominantes no século XX foram entre a defesa de uma sociologia universalista de base eurocêntrica, por um lado, e de uma sociologia nativista ou nacional, por outro. Os rumos da sociologia geral da América Latina, hoje, são centrais para se pensar os avanços de uma teoria crítica da colonialidade que contribua para desconstruir a nova colonialidade que vem sendo difundida pelo neoliberalismo.

Palavras-chaves: Sociologia geral na América Latina. Representações conceituais da América Latina. Luta anticolonial e descolonialidade.

Sociology in Latin America: epistemological and epistemic turns

Abstract: This article proposes to highlight the emergence of a general sociology in Latin America organized from three different sociological perspectives: that “about” Latin America, that “from” Latin America and that “in” Latin America. These diverse fields of meanings were organized from the intellectual readings on the gaps between capitalist colonization in the region and anticolonial reactions from the nineteenth century to the present. A great novelty in this debate is to understand that the emergence of a transnational general sociology marking the traits of a regional sociology, is an unprecedented fact when one observes that the dominant tendencies of the twentieth century were between the defense of a Eurocentric, on the one hand, and of a nativist or national sociology, on the other. The directions of the general sociology of Latin America today are central to think the advances of a critical theory of coloniality that contributes to deconstruct the new coloniality that has been diffused by neoliberalism

Keywords: General sociology in Latin America. Conceptual representations of Latin America. Anti-colonial struggle and decoloniality.

Introdução: o ineditismo de uma sociologia geral na América Latina

A emergência de uma sociologia geral na América Latina e no Caribe é um processo histórico datado desde o século XIX, fundando-se em dois giros técnicos relevantes: um epistemológico e outro epistêmico. O giro epistemológico se relaciona com o modo como foi constituído o pensamento social latino-americano nas interfaces de diferentes disciplinas como a sociologia, a antropologia, a geografia, a economia e a história e integrando diversas correntes de pensamento como o marxismo, o weberianismo, o keynesianismo, o positivismo, entre outros. O giro epistêmico tem a ver com as rupturas paradigmáticas nas representações anticoloniais da América Latina a partir de descontinuidades nos dispositivos produtores de narrativas coloniais que interferiram nos planos da ciência, da história e da política. Ao acompanhar Foucault (1981; 2001), diríamos que se verificou na região a emergência de redes discursivas funcionando como dispositivos de ordenamento dos saberes anticoloniais, estabelecendo reconfigurações epistemológicas no campo acadêmico e organizando de modos diversos os múltiplos olhares disponíveis sobre a colonialidade. Podemos dizer, pensando na ontologia do eurocentrismo, que aqui tivemos uma espécie de latinocentrismo, isto é, processos que se desdobram desde uma perspectiva mimética do colonial, se reconfigurando a partir de uma certa determinação geográfico-histórica anticolonial até conhecer novo giro com a emergência no campo analítico da América Latina como rede discursiva.

Neste artigo vamos focar estes deslocamentos de sentidos a partir de três padrões de significação da América Latina que chamamos de sociologia sobre a América Latina, sociologia da América Latina e sociologia na América Latina. Não se trata de periodização histórica do desenvolvimento da sociologia geral na região como já foi feito em outras oportunidades (Tavares dos Santos, 2005; Martins, 2012), mas de reorganizar o entendimento da teoria social pelos deslocamentos do imaginário intelectual sobre a realidade regional a partir do questionamento do historicismo desenvolvimentista e da valorização da América Latina como conjunto de narrativas que disputam a verdade histórica.

Pensar a sociologia na América Latina – a terceira tópica desta classificação – é uma decisão que emerge do reconhecimento da atualidade de um sentimento anticolonial que se transmuta no esforço de desconstrução dos paradigmas coloniais anteriores, abrindo assim novos horizontes para a teoria crítica da colonialidade. Esta operação reflete contribuições recentes dos estudos pós-estruturalistas, sobretudo na linha da *French theory* sugerida por autores como Foucault (2001),

Derrida (1967), Deleuze e Guattari (1992), entre outros. Ela incorpora igualmente as tradições dos estudos pós-coloniais de Fanon (1952), Césaire, (1955), Memmi (2007), Said (1996), que se complementam com os estudos culturais nas orientações de Hall (1998), Bhabha (2003; 2010), Gilroy (1993) e Canclini (1990). Estas diversas tradições, em conjunto, contribuem para renovar, por um lado, o sentimento libertário que motivou parte dos estudos pós-coloniais na região como a filosofia da liberação (Zea, 1975; Freire, 1976; Dussel, 1977) e a teoria do colonialismo interno (Gonzalez Casanova, 1963; 2007), na segunda metade do século XX. Por outro, o giro epistemológico da teoria social influenciou decisivamente os estudos decoloniais (Quijano, 2003; Mignolo, 2005; Grosfoguel, 2008; Walsh, 2013), que ganharam prestígio a partir do final dos anos 1990, com a criação do grupo Estudos Subalternos Latino-Americanos, que depois passou a ser conhecido simplesmente como Modernidade e Colonialidade (Castro Gómez & Mendieta, 1998).

No meu entender, o fato de o pensamento social latino-americano sempre ter testemunhado preocupações práticas com a organização das sociedades nacionais numa perspectiva anticolonial permite-nos designá-lo como uma sociologia geral que lembra as propostas clássicas da escola francesa de sociologia, as teses do fato social de Durkheim (1972) e do fato social total de Mauss (2003) entre os séculos XIX e XX, e que foi atualizada nos últimos tempos por autores como Bourdieu (2015) e Caillé (2014). A ideia da sociologia geral voltada para estudar nas fronteiras disciplinares um conjunto de fenômenos coletivos que têm propriedades distintas das consciências individuais, reforçando as teses durkheimianas, implicando todos os aspectos materiais e simbólicos relevantes no conjunto de trocas e rituais envolvendo as pessoas morais, continua sendo de grande relevância, sobretudo neste contexto transnacional. Lembra Martuccelli (2006: 432-433) a importância de se repensar o objeto sociedade a partir do momento em que não se pode limitar os estudos sociológicos ao antigo enquadramento institucional dos Estados nacionais. Para ele, a validade analítica da ideia de sociedade se desloca com a sociedade mundial, devendo ser considerada a perspectiva do *intermundo*, de suas texturas e coerções, para explicar a nova dinâmica da ação social. Isto amplia obviamente a ideia da sociedade como fato social total.

Na verdade, a dinâmica do *intermundo* ou do transnacional que abre o campo intelectual para uma sociologia geral, parece estar presente no subcontinente latino-americano desde o século XIX¹. Como explicar esta novidade de uma sociologia transnacional na América Latina desde esta época? Entendo que há dois fatores explicativos. Um diz respeito ao fato de haver tradicionalmente um sentimento anticolonial relevante compartilhado pelos países de colonização ibérica; o outro remete ao fato de que grande parte dos países da região conheceram seus pro-

1. Este é um fato muito importante, considerando que o desenvolvimento da sociologia como disciplina, no século XX, oscilou entre a perspectiva de uma sociologia universal e eurocêntrica que não considerava as particularidades sociais e históricas na construção conceitual, por um lado, e a perspectiva de campos sociológicos limitados pelas restrições institucionais de cada sociedade nacional, por outro.

cessos de independência ainda no século XIX, ao contrário dos movimentos de independência mais recentes de ex-colônias na África e na Ásia. Este fenômeno político deslocou parte do sentimento anticolonial para os esforços de mapeamento do movimento de constituição do Estado nacional, exigindo dos intelectuais comprometimentos diretos na organização dos dispositivos de formação da segurança territorial, da nação, da burocracia e das políticas públicas. Ou seja, a convergência do sentimento anticolonial com as tarefas de organização dos Estados nacionais implicou esforços paralelos de organização da soberania em contextos de pressões importantes dos países imperialistas.

A bandeira da América Latina está presente durante todo o processo de estruturação do pensamento latino-americano desde o século XIX na obra *Nuestra América*, de José Martí (2005), publicada ainda em 1889. No Brasil, não podemos deixar de referenciar a obra deste intelectual misto de médico, sociólogo, psicólogo e historiador que foi Manoel Bomfim. Seu livro *A América Latina. Males de origem* (Bomfim, 2008) teve sua primeira versão publicada em 1903. Também vale lembrar o argentino Manuel Ugarte com seu livro *La evolución política y social de Hispanoamérica*, de 1910. Este sentimento de América Latina como um corpo histórico transnacional foi compartilhado por diferentes autores em diversas sociedades regionais (Martins, 2012), permitindo a progressiva formação do que chamamos uma sociologia geral da América Latina.

José Vicente Tavares dos Santos (2005) propôs uma tipologia para explicar o desenvolvimento de tal sociologia constando de três momentos: a “sociologia da cátedra” (1890-1950), o período da “sociologia científica” e a configuração da sociologia crítica (1950-1973) e a crise institucional, a consolidação da “sociologia crítica” e a diversificação da sociologia (1973-1983). A partir de uma leitura pós-colonial, Martins sugere uma classificação do desenvolvimento desta sociologia a partir de três pontos: *el movimiento postindependentista*, *el postcolonialismo crítico* e *la recolonialidad y la decolonialidad* (Martins, 2012), que são a base para a leitura de aprofundamento que fazemos neste artigo, mirando os desafios da sociologia geral latino-americana.

Dentro deste quadro mais geral de deslocamentos do campo sociológico no atual contexto de mudanças profundas das sociedades nacionais na América Latina sob a égide do neoliberalismo, temos de focalizar alguns desafios. Um primeiro diz respeito à factibilidade de se pensar a sociologia regional como um campo *intermundo* que atravessa os distintos campos de sociologias criados no interior das sociedades nacionais durante o século XX, para explicar fenômenos sociais compartilhados que somente podem ser parcialmente apreendidos a partir dos

campos sociológicos nacionais. São exemplos os estudos relativos à desigualdade; à violência urbana; à discriminação racial, étnica e sexual; à opressão contra as mulheres; ao comércio desigual; à organização do trabalho, entre outros que apresentam particularidades em cada caso, mas que exigem debates e soluções coletivas.

A sociologia geral latino-americana está na origem de importantes e originais discussões sobre imperialismo, desenvolvimento e dependência que colocaram os sociólogos latino-americanos como referências no debate internacional. Nesta direção, Luciana Ballestrin (2017) contribui para este avanço do campo ao propor a expressão “imperialidade” que lhe parece mais adequada para revelar a lógica do imperialismo que é constitutivo da colonialidade. A autora observa ainda de forma pertinente que o termo imperialidade é mais adequado para revelar as estratégias de descolonização, o que me parece bem convergente com as reflexões que estamos aqui buscando desenvolver sobre os elementos constitutivos da teoria crítica da colonialidade.

Este é o primeiro e tradicional argumento a favor de uma sociologia geral latino-americana que vem se organizando por redes de pesquisas e, sobretudo, por reuniões institucionais mais amplas promovidas por associações como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), a Associação Latino-Americana de sociologia (Alas), entre outras.

Para avançar no debate, é importante se perguntar: que usos pode ter a ideia de sociologia da América Latina, hoje, para explicar as transformações conhecidas pela região no contexto de expansão do neoliberalismo? Numa outra perspectiva: que desafios existem para se promover uma sociologia de caráter *intermundo* regional que implique os intelectuais em redes transnacionais voltadas para a produção de cartografias que permitam melhor entender os impactos do capitalismo global sobre os modos de organização do poder e sobre os processos e as políticas sociais nos planos nacional e local, e que devem ser incrementados para reverter o quadro de deterioração dos regimes democráticos?

Uma segunda questão a ser discutida neste texto tem relação com a polissemia da noção de América Latina. Trata-se de um termo genealogicamente confuso por vincular o processo de formação das sociedades nacionais à supremacia étnica dos latinos ibéricos, sem valorizar o complexo processo de miscigenação entre povos originários, africanos, europeus e asiáticos (Martins, 2012). Neste sentido, os interessados podem desistir do debate em vista dos conflitos linguísticos que

apresenta. Mas quais as alternativas disponíveis? Reforçar os movimentos de provincianização dos estudos científicos, naturalizando as sociologias nacionais? Mas que garantia tem a reprovincianização se a própria narrativa de Estado nacional, que funcionou como aparato institucional e simbólico necessário para a definição das fronteiras territoriais nacionais, também está deslizando no contexto de deslocamentos do sistema-mundo? É ainda possível se falar de sociedades nacionais na América Latina, quando a desigualdade social aprofunda a separação entre cidadãos e subcidadãos e a nação se limita a um dispositivo técnico com apelo sentimental ambíguo?

Não há respostas fáceis para estas questões. De todo modo, considero haver um território de imprecisões semânticas que pode ser aproveitado para se avançar com a perspectiva de uma sociologia latino-americana que fortaleça a teoria crítica da colonialidade na presente conjuntura. Por um lado, o nacional como referência simbólica substantiva na definição de campos científicos particulares está tremulando no contexto de enfraquecimento dos aparatos estatais com diminuição de recursos para pesquisas e formação de quadros intelectuais². O anti-intelectualismo favorecido sempre a partir da emergência de regimes populistas, fascistas, fundamentalistas e outros, que rechaçam o pensamento democrático, ameaça diretamente a sobrevivência do campo das ciências humanas e sociais – em particular a sociologia – na região. Logo, não há porto seguro para o trabalho crítico, caso busquemos garantias políticas e institucionais nos limites das articulações entre nossos pares “nacionais” sem identificar alternativas mais amplas no cenário transnacional.

No lado oposto do espectro nacional, temos a narrativa de uma sociologia global formada por circuitos culturais e linguísticos transnacionais e que vêm se afirmando há algumas décadas. Há questões importantes relativas à sociedade mundial como um todo e que exige a criação de foros especiais para discutir temas como as mudanças climáticas e o desequilíbrio ambiental, as migrações e ondas de refugiados, os movimentos políticos populistas e fascistas, a desorganização dos espaços urbanos, os novos movimentos sociais, entre outros (Sosa Elízaga, 2018). São temas que obrigam os campos intelectuais nacionais a se abrirem para novos arranjos institucionais e para novos horizontes interpretativos. Mas a sociologia global emergente não pode responder aos desafios tradicionais da sociologia com relação aos fenômenos da vida cotidiana que têm particularidades a serem observadas caso a caso. Aqui, a sociologia precisa lidar com as dimensões nacionais e locais, estando atenta aos impactos “glocais” (Robertson, 1995) ao mesmo tempo que mantém a crítica do imperialismo global (Pieterse, 2004), o que favorece a tradição da sociologia geral latino-americana.

2. No caso brasileiro, a situação é singular na medida em que a língua portuguesa, por não ter a influência internacional de outras como o inglês e o espanhol, exige que os pesquisadores se esforcem para dominar outros idiomas para não permanecerem prisioneiros do circuito de ferro do provincianismo linguístico.

Enfim, as narrativas da sociologia nacional e da sociologia global devem se complementar para atualizar o pensamento crítico cosmopolita e transnacional que busca articular o global e o local. Os desafios deste diálogo abrem necessariamente, no meu entender, brechas importantes para a emergência de sociologias regionais que podem funcionar como zonas de fronteiras (Santos, 2008) onde se realizam traduções de ideias, experiências e iniciativas compartilhadas, com vistas a assegurar cartografias teóricas adequadas para os novos desafios da teoria crítica. A sociologia latino-americana ganha legitimidade neste contexto na medida em que sua natureza transnacional pode ser uma alavanca importante para articular os campos sociológicos nacionais no âmbito da sociologia global.

A sociologia geral da América Latina aparece, então, como importante recurso para sinalizar um novo ciclo que favoreça a otimização das capacidades intelectuais e a necessidade de organizar redes mais consistentes de pesquisas e debates no plano transnacional e, em particular, naquele regional latino-americano. No Brasil, a tarefa de organizar e disseminar esta sociologia regional no interior dos estudos em ciências sociais não é fácil, visto o forte avanço da divisão do trabalho intelectual no campo acadêmico, reforçando a sociologia profissional de sentido estrito. Muitos ainda continuam fascinados pelo ciclo de expansão da sociologia profissional nos últimos 40 anos, e que foi marcado por uma expressiva expansão quantitativa dos cursos de pós-graduação e pela existência de financiamentos relevantes para bolsas de estudos e para pesquisas. Há resistências de muitos intelectuais a se engajarem num debate epistemológico que necessariamente rebate sobre as fronteiras das disciplinas, sobre os pontos de contatos entre teorias e teóricos e sobre os modos de organização dos currículos acadêmicos. Agora, a realidade está mudando e é importante que os intelectuais se adéquem aos novos tempos, o que exige amplo e solidário diálogo acadêmico.

Antes de me aprofundar nos desafios de atualização conceitual da sociologia geral da América Latina, devemos nos debruçar sobre alguns aspectos relevantes da recolonialidade em curso e sobre os limites do nacionalismo metodológico para dar conta dos giros epistemológicos necessários com o propósito de se pensar os novos usos da sociologia regional.

Recolonização e revisão metodológica do nacional

No momento presente, há uma nova onda de recolonização planetária, sob iniciativa de norte-americanos e chineses, ampliando os antigos dispositivos de colonialidade em termos materiais e simbólicos. O antigo sistema de coloniali-

dade organizava a dominação capitalista a partir de modelos de Estado nacional nos quais o poder estatal centralizado era o agente privilegiado para estruturar a dominação territorial e nacional. O novo sistema colonial transfere o poder de dominação para grandes firmas transnacionais que influenciam os hábitos dos indivíduos e grupos sociais pelo consumo compulsivo e pela submissão das oligarquias burocráticas, econômicas e políticas ao novo eixo de poder transnacional (Martins, 2019). O novo modelo de colonialidade ameaça reduzir a América Latina e os países aí existentes a sistemas extrativistas (Gudynas, 2013) e fornecedores de matéria-prima. A “desnaturalização” do nacional ocorre pelo enfraquecimento do Estado e pela valorização de uma cultura cosmopolita que enaltece o consumo e o enriquecimento especulativo, transformando as pessoas em mercadorias (Bauman, 2008). Os impactos que estão sendo gerados nas sociedades periféricas pelos novos processos de recolonização planetária, sob a égide do capitalismo financeiro e rentista, revelam a inadequação dos conhecimentos gerais da modernidade central para explicar os desequilíbrios sistêmicos em curso.

O novo contexto obriga a crítica intelectual a rever seus fundamentos epistemológicos nos lados internos e externos dos marcos da colonialidade, nos campos do Norte global e do Sul global. As ciências sociais e a sociologia estão sendo instadas a redefinir as fronteiras geopolíticas do conhecimento entre o local e o global; e o nacional se desvenda como disposição territorial que tanto condiciona como libera as capacidades intelectuais. Assim, os estudos sociológicos na América Latina estão sendo reorganizados por uma nova geopolítica mundial do conhecimento que está deslocando o lugar da região no sistema-mundo, abrindo novas brechas para se repensar as instituições e as subjetividades coletivas.

No campo da produção científica propriamente dita vale lembrar a importância do nacional nas metodologias científicas nas ciências sociais e na sociologia, visto que ele foi central na organização das sociologias nacionais. Se consideramos a importância de repensar os rumos da sociologia da América Latina, como campo transnacional, é necessário rever o lugar do nacional na produção do pensamento social. Esclarece Ulrich Beck (2000; 2003) que o paradigma dominante no século XX foi o nacionalismo metodológico, legitimando a compreensão da sociologia pelo nacional. Para ele, a valorização da relação arbitrária entre nacionalismo e território levou a se privilegiar as fronteiras nacionais antes das fronteiras sociais, prejudicando o entendimento das posições de indivíduos e grupos. A afirmação de Beck é interessante por salientar como o elemento nacionalidade, embora frequentemente ocultado em nome do universalismo, interferiu na organização das metodologias científicas “nacionais”. O lugar ambíguo deste nacional

na organização do pensamento sobre a modernidade periférica contribuiu para ocultar os dispositivos de biopolítica (Foucault, 2008) que reproduzem hierarquias de saber e desvalorizam experiências que não se enquadram no universalismo abstrato. Nesta perspectiva, o nacionalismo metodológico condicionou as possibilidades de compreensão das dinâmicas de disciplinamento dos corpos e das mentes. Isto é, o entendimento dos modos de disposição do poder e da vida através das fronteiras nacionais que determinavam as distâncias entre o nativismo e o estrangeirismo, entre as diásporas e os movimentos sociais internos.

O tema do nacionalismo metodológico tem particular interesse para se repensar os rumos da sociologia nacional e de como se organizam e se legitimam territorialmente saberes considerados como científicos e usados para explicar a realidade social mais abrangente no plano transnacional e global. No contexto das sociedades periféricas, o nacionalismo metodológico reproduz o provincianismo iluminista europeu que buscou monopolizar a produção do moderno (Chakrabarty, 2000) e que – acrescenta Sérgio Costa (2006) – interferiu simultaneamente na provincialização das sociologias central e periférica, sobretudo na macrosociologia da modernização. No fundo, o nacionalismo metodológico exalta uma geopolítica localizada do conhecimento com pretensões de universalidade. Ele responde a impossibilidade prática de uma razão universalista monopolizada pela experiência eurocêntrica. Em termos da sociologia da América Latina, podemos dizer que ela também não superou o elemento da provincialização na medida em que ficou enredada na busca de um macroconhecimento preso ao mito da modernização regional no embate com a colonialidade.

O eurocentrismo e sua variável periférica nas Américas – o americanocentrismo – impuseram como invariantes analíticas para fundar a teoria social uma série de dispositivos abstratos reputados como invariáveis, a exemplo de sociedade civil, de Estado, de democracia, de cidadania e de direitos humanos, sem questionar suas tensões ontológicas. No caso latino-americano, deve ser ressaltada a força do tema da modernização econômica que impactou sobre as teorias do desenvolvimento. Ao não se perguntar sobre os fundamentos ontológicos de tais conceitos e sua pretensa universalidade, a teoria social de base iluminista desvalorizou a importância da tradução como operação simbólica necessária para adequar experiências de ideias produzidas em diferentes territórios do conhecimento. Este aspecto foi observado por Marcelo Rosas (2008) em seu estudo comparativo sobre ações coletivas na África do Sul e no Brasil. Para o autor, o dualismo sociológico “moderno” entre Estado e sociedade civil não pode ser generalizado pois nas regiões de fronteiras por ele analisadas o Estado adquire diferentes formas de emergência, de acordo com o modo como se organizam os movimentos sociais³.

3. A omissão sobre o lugar da tradução no plano metodológico contribuiu para esconder as particularidades da geopolítica do conhecimento nas fronteiras da colonialidade ocidental. Sob o manto do universalismo científico, o eurocentrismo continua a esconder, em verdade, os efeitos sobre os imaginários intelectuais periféricos de um conjunto de dispositivos de poder e de saber organizados pelo iluminismo para justificar a expansão das potências imperialistas (Dussel, 1993; Wallerstein, 2007).

A crise dos paradigmas europeus – e, por extensão, dos paradigmas americanistas neoliberais da modernização – conduz à revisão dos usos de teses pensadas no centro do sistema mundial para a explicação das modernidades periféricas. Isto reforça, no meu entender, a pertinência de revisão da sociologia geral da América Latina para inspirar um modelo de produção sociológica que não se dissolve nem na sociologia global nem na sociologia nacional. Neste sentido, a universidade e as ciências sociais precisam atualizar-se para dar conta da complexidade das experiências e racionalidades que não se enquadram no modelo da razão metonímica europeia (Santos, 2008) e que devem reconsiderar a sociedade como redes plurais situadas no *intermundo* (Martuccelli, 2006). A superação do nacionalismo metodológico como dispositivo ideológico da colonialidade é necessária para ampliar olhares múltiplos sobre saberes e práticas, reconectando o trabalho intelectual acadêmico e aquele operado pelos movimentos sociais, culturais e ambientais nos planos das lutas e resistências concretas. Os sociólogos são convidados a pensar novos modos de cooperação acadêmica que deem conta da diversidade do real e dos modos de produção variados da geopolítica do conhecimento. Um ganho importante nesta reflexão é a de favorecer o entendimento de que não há uma hierarquia de saberes *a priori* aprovionada a partir do universalismo europeu (Wallerstein, 2007), mas uma variedade de saberes distintos que refazem os sentidos dos diálogos não apenas na direção Sul-Norte, mas também Sul-Sul (Santos, 2008).

Esta reflexão tem interesse teórico e, sobretudo, político pois convida a se repensar o lugar da sociologia latino-americana neste processo de deslocamento de fronteiras reais e imaginárias entre o local, o nacional, o transnacional e o global. Neste deslocamento, os espaços locais e extralocais são ressignificados por novas subjetivações que refazem as relações entre memórias, desejos, afetos e práticas⁴, que são necessários para se ampliar as brechas de uma práxis emancipadora que respeita as diversidades dos lugares de construção da vida comunitária e social.

O trabalho de revisão do nacionalismo metodológico como sistema ideológico aparece como estratégico para liberar novos entendimentos decoloniais das realidades transnacionais, nacionais e locais, desvendando as tensões entre capitalismo e colonialidade e as hierarquias cognitivas e morais que organizaram a expansão do capitalismo colonial (Martins, 2012). Este trabalho de revisão – em curso – avança pela diversificação de temas, de objetos de pesquisas, pelas inovações curriculares e por redes de pesquisas internacionais. Ele é decisivo para abrir novos modos de articulação dos campos sociológicos nacionais e para criar territórios de produção transnacionais de narrativas, em forma de redes que permitam liberar uma reação anti-hegemônica eficaz contra o neoliberalismo. Isto significa ampliar os dispositivos cognitivos, linguísticos, emocionais, morais e estéticos das

4. Arturo Escobar define pela categoria lugar este entre-espaço situado na fronteira do colonial e sua contestação prática e teórica. Para o autor, o lugar revela a importância da experiência localizada na produção de identidades variáveis e de sentidos da natureza cultural gerados por dispositivos cognitivos entre o local e o global (Escobar, 2003: 117-119).

teorias críticas da colonialidade que refletem sobre a realidade do lugar desde dentro e desde fora do nacional. Isso leva a uma necessária reposição dos lugares dos sujeitos que pensam e agem sobre esta realidade flutuante, mediante o fortalecimento das redes virtuais e presenciais que possam libertar aspirações e práticas democráticas.

Para avançar nesta discussão, é importante salientar as diferenças sutis entre as ideias de uma sociologia “sobre” a América Latina, de uma sociologia “da” América Latina e de uma sociologia “na” América Latina. Precisamos explorar estas nuances de modo a encontrar o melhor lugar de elocução de um pensamento sociológico transnacional na América Latina que se libere do nacionalismo metodológico tradicional para encontrar o registro próprio da teoria crítica entre o nacional, o global e o local no atual contexto da sociedade mundial. Por isso é relevante analisar as representações e diferenças entre sociologias “sobre”, “da” e “na” América Latina.

Uma sociologia sobre a América Latina

Uma sociologia “sobre” a América Latina sugere a presença de um marco interpretativo externo que se aplica a uma realidade sócio-histórica específica – no caso, a América Latina –, dispensando o interesse das experiências históricas e culturais internas na produção de regimes de verdade sobre esta mesma realidade. A pretensão de se pensar uma realidade sócio-histórica a partir de fora expressa os processos de construção de saberes coloniais sobre as áreas colonizadas. Nessa situação, podemos identificar a ambição de uma sociologia sobre a América Latina como produto do eurocentrismo⁵.

A representação do não europeu como um “outro” inferior é moralmente problemática, mas foi estratégica para gerar – lembrando Albert Memmi (2007) – os retratos dos colonizadores e dos colonizados. Orientalismo, africanismo e latino-americanismo fazem parte destes “outros” projetados no seio da ocidentalização, revelando as facetas do racismo colonizador que serviu como dispositivo de controle na expansão do imperialismo. Com as proporções históricas preservadas, observa-se que a organização de um pensamento ocidentalista sobre a América Latina – o latino-americanismo –, seguiu a lógica do orientalismo, o qual, segundo Edward Said (1996), foi uma invenção gerada pela expansão colonial europeia visando caracterizar o Oriente como exótico e inferior.

O latino-americanismo – que é objeto da sociologia “sobre” a América Latina – re-flete a construção do pensamento colonial que aqui identificava o exotismo com

5. A invenção do pensamento eurocêntrico foi possível pela projeção no espelho da cultura colonial da figura de um “outro” visto como inferior em vários níveis – da racionalidade, da racialidade, da religiosidade e dos costumes (Dussel, 1993). Devemos desde logo lembrar com François Julien que a pretensão da universalidade do conhecimento que inspira a tradição eurocêntrica nos campos da filosofia e da ciência não é ideologicamente neutra. Ela está relacionada ao universo religioso, o que se comprova pelo fato de a palavra “católico” ser uma herança grega que significa universal (Julien, 2009: 7). Esta herança foi atualizada no processo de ocidentalização do mundo, servindo para justificar a expansão moral do imperialismo como projeto patriarcal e racista.

traços particulares, como aquele do sensualismo paradisíaco ou da natureza abundante. Neste sentido, o reconhecimento das diferenças entre sociologias centrais e sociologias periféricas faz sentido para se entender como as fronteiras da colonização permitem visualizar uma multiplicidade de experiências produzidas entre os antigos dispositivos tradicionais relacionados a memórias de resistências e novos dispositivos produzidos pela colonialidade que visam apagar as memórias para liberar a exploração e o consumismo improdutivo. Reconhecer a experiência intelectual da periferia convida a se entender mais claramente os desafios de saberes produzidos nas fronteiras entre o capitalismo e a colonialidade e que revelam hibridismos culturais inéditos (Bhabha, 2003: 21; Hall, 1998; Canclini, 1990).

A divulgação do pensamento europeu – e, ainda, do norte-americano – na América Latina, nos séculos XIX e XX, contribuiu para moldar uma visão “etapista” da história ocidental que reforçou a ideologia colonizadora. Esta visão é bem evidente na proposta de Rostow (1960) sobre a modernização das economias que deveriam superar a fase tradicional para chegar à maturidade. Por esta visão, a experiência de modernização dos países centrais deveria ser copiada, pois ela seria a representação do futuro das sociedades periféricas. Acreditava-se que os avanços tecnológicos, científicos, econômicos e políticos deste centro asseguravam a superioridade racional das potências coloniais sobre as sociedades colonizadas. A experiência da modernidade europeia seria superior às demais experiências e saberes pois estaria respaldada no sucesso de um programa de modernização e de desenvolvimento (Dussel, 1993: 24) – aquele do capitalismo. Este deveria ser o modelo de progresso econômico, social e político a ser adotado obrigatoriamente nas regiões periféricas, que estariam submetidas a uma lógica funcional de dependência entre centro e periferia (Gunder Frank, 1967; Marini, 1973).

6. Nesta direção, teve importância destacada a eleição de intelectuais do centro como “clássicos” universais na organização dos programas de ensino e de pesquisas em ciências sociais. Autores como Marx foram eleitos como canalizadores de metateorias que poderiam ser usadas em qualquer tempo e em qualquer época, independentemente dos contextos históricos particulares.

A ciência eurocêntrica, inspirada na racionalidade instrumental moderna, buscou sustentar o paradigma da universalidade do conhecimento científico para apoiar a expansão do capitalismo colonial e a organização do poder nas periferias do sistema mundial. O universalismo racionalista (Wallerstein, 2007) legitimou-se em marcos epistemológicos supostamente passíveis de usos em todas as sociedades, independentemente de suas particularidades históricas, culturais e linguísticas. A transformação em verdade universal incontestável da experiência teórica produzida numa província cultural – a europeia – inspirou-se na crença de uma ideologia evolucionista centrada na emancipação da Europa. Segundo Hegel (1995), o autodesenvolvimento do espírito europeu seria o modelo mais bem-sucedido do desenvolvimento humano. No quadro normativo do evolucionismo social, cabia aos intelectuais do centro assumir as funções de legisladores de uma nova ordem social em emancipação⁶.

A crítica da colonialidade vem permitindo revisar a relação entre cultura local e pensamento social, de modo a desfazer o mito do universalismo científico que explica a proposta da sociologia sobre a América Latina. Este tema é bem colocado por Raewyn Connell (2007), que enfatiza na organização de sua discussão sobre “Southern Theory” o comprometimento das teorias de autores como Giddens, Bourdieu e Coleman com o ponto de vista do Norte global. Observa-se então que o tema da colonialidade tem sido relativamente ocultado no debate, possivelmente pelo fato de presumir uma hierarquia moral dos conhecimentos que compromete as teses universalistas e o valor da teoria social sem adequação contextual a outras realidades.

Valorizou-se o marcador de classe como sendo uma ontologia e não apenas um dispositivo entre outros de organização das relações industrialistas. Certamente, aquelas condições de organização do industrialismo no século XIX, que foi objeto da atenção de Marx, contribuíram para a identificação dos conflitos como sendo essencialmente produto das condições de classe ao se analisar o caso europeu. Mas tal modelo de análise necessita necessariamente se referir a outros marcadores que podem redimensionar a luta econômica como são aquelas étnicas, de gênero e de religião. Enfim, a sociologia sobre a América Latina reproduziu uma série de conceitos que não foram pensados a partir da realidade das sociedades pós-coloniais mas das representações sobre uma modernização necessária do capitalismo em escala mundial.

No campo da sociologia periférica, os limites de aplicabilidade das teorias modernas fundadas nas classes sociais se fizeram acompanhar de novas teorizações que buscavam contemplar a complexidade dos conflitos e dos processos de modernização destas sociedades periféricas. Ao longo do século XX, autores como José Carlos Mariátegui (1978) no Perú, Pablo Gonzalez Casanova (1963) no México, Gino Germani (1973) na Argentina ou Florestan Fernandes (1981) e Heleieth Saffioti (1979) no Brasil ofereceram contribuições relevantes para a adaptação das teses das classes sociais e do evolucionismo funcional a sociedades marcadas pelos elementos étnicos. Tais revisões estão contribuindo para desobstruir um pensamento pós-colonial que explora novos modos de organização do poder e da sociedade a partir do reconhecimento da racialidade como dispositivo de opressão, como vemos nas obras recentes de Enrique Dussel (1993), Anibal Quijano (2003) e Walter Mignolo (2005), e da dominação de gênero (Burgos, 1993; Mohanty, 2008; Paredes, 2010; Segato, 2015; 2016).

Este é o contexto no qual se pode pensar a superação de uma sociologia sobre a América Latina para se conceber a pluralidade de lugares de enunciação de discursos voltados para deslocar a colonialidade.

Uma sociologia da América Latina

Uma sociologia “da” América Latina sugere a emancipação de um pensamento original fundado na experiência histórica própria de cada sociedade nacional. Neste contexto, a metáfora latino-americanista aponta para um modo de produção do conhecimento que muito valoriza o elemento da geopolítica e do nativismo. O nacionalismo metodológico prospera neste clima de se pensar a sociedade desde a cultura nacional, na medida em que a relação entre nação e território parece delimitar um espaço próprio da civilização e da reação anticolonial. O nacionalismo metodológico revela-se – no caso da América Latina – como regionalismo metodológico, ao considerarmos que ele se refere a realidades nacionais múltiplas que, em seu conjunto, se identificam com os sentimentos de marginalização periférica. Assim, os escritos sobre *Nuestra América* de José Martí (2005) ou a ideia de *América independente*, de Simón Bolívar (1981) devem ser entendidos como esforços intelectuais e práticos de organização de uma frente anticolonial própria que se inspira do regionalismo metodológico e na criação de uma comunidade semântica situada nas fronteiras externas do ocidentalismo.

A proeminência da geopolítica do conhecimento que inspira a utopia de macrocomunidades regionais independentes revela como a imaginação geopolítica esteve entrelaçada com a imaginação sociológica na periferia, valorizando temas como civilização, progresso, razão e nação (Bringel & Domingues, 2015). Assim, o pensamento social periférico buscava distanciar-se daquele do centro mas apoiando-se, em linhas gerais, nas representações de poder e de sociedade do eurocentrismo, dando ênfase particular ao tema da autonomia nacional.

A representação sociológica de campos de conhecimentos originais justificando uma geopolítica diferente entre os séculos XIX e XX nos sistemas periféricos tem uma relação ambígua com o pensamento eurocêntrico. No fundo, a sociologia da América Latina, que prosperou a partir da busca de construção de padrões de identidades nacionais autônomas na região, repetia, paradoxalmente, o olhar do colonizador sobre a organização dos processos periféricos (Costa, 2006).

Na justificação racional da colonialidade, o universalismo científico escondia um jogo de disputas entre sociologias nacionais entendidas ilusoriamente como comunidades intelectuais territorialmente autonomizadas. Tais representações apenas começaram a se enfraquecer com os deslocamentos das referências espaciais e temporais da modernidade ocidental pela crítica teórica pós-moderna e pós-estruturalista e pelos estudos culturais. Estas produziram questionamentos importantes sobre as políticas de identidade (Hall, 1998) e de história evoluti-

va e linear da Europa moderna, liberando o pensamento pós-colonial para outras perspectivas analíticas (Dussel, 1993). A criação de espaços transnacionais de pesquisas e debates sobre a colonialidade, ampliando a virada epistemológica europeia – sobretudo a *French theory* –, contribuiu para deslocar a ideologia do ineditismo geopolítico universalista. Tal evento permitiu o avanço da crítica teórica na América Latina para abrir novas possibilidades e ressignificar os elementos da colonialidade oferecidos pelo patriarcalismo e pelo racismo.

No caso da periferia colonial latino-americana, as tarefas de se organizar a nação influenciou na valorização de uma elite intelectual que se posicionou como legisladora na organização dos dispositivos de poder, reforçando a importância simbólica do elemento nacional e popular, como bem lembra Daniel Pécaut (1990). Quando consideramos, por exemplo, a perspectiva de uma sociologia tropical na obra de Gilberto Freyre, não podemos deixar de ver esta pretensão de um conhecimento original fundado em particularidades históricas e geográficas próprias da “civilização do açúcar”. Nos últimos anos, esta ideia do original foi sugerida por pensadores considerados promotores da crítica decolonial – como Walter D Mignolo (2008) – que chegou a defender uma ruptura epistêmica com o pensamento eurocêntrico, embora tenha revisto esta proposição num momento seguinte.

A ênfase na nação e no território valorizou um pensamento nacionalista latino-americano paradoxal pois tinha pretensões autonomistas do ponto de vista econômico, político e cultural, por um lado, mas que continuava a se inspirar em teses do pensamento moderno eurocêntrico, por outro. O caso de Gilberto Freyre é exemplar na medida que sua sociologia tropical apresentava evidentes influências do antropólogo norte-americano Franz Boas⁷, revelando a influência estrangeira no seu pensamento⁸.

A sociologia regional teve papel de destaque na organização dos projetos nacionais desenvolvimentistas a partir de meados do século XX. A articulação do nacional desenvolvimentismo é obra de uma conjunção de esforços produzidos pela sociologia do desenvolvimento, pela economia do desenvolvimento e pela geografia, atualizando o nacionalismo metodológico e o regionalismo metodológico a partir do industrialismo e do consumo. Os sociólogos foram artífices importantes na organização da identidade nacional e da valorização do popular (Ortiz, 1986; Pécaut, 1990), atualizando o antigo debate sobre cultura e identidade para outro, que reorganiza estes termos a partir da matriz do desenvolvimento nacional. Aliás, um dos temas básicos dos teóricos militares positivistas e desenvolvimentistas da Escola Superior de Guerra no Brasil, nos anos 1950, particularmente nos discursos de Cordeiro de Farias (Miguel, 2002), era o de transformar o lema da “Ordem e progresso” em outro: “Segurança e desenvolvimento”.

7. A sociologia da América Latina tem se constituído, de fato, nas brechas geradas pela colonialidade do saber e nas ambiguidades do marcador de nacionalidade que tanto pode ser visto como reforço da colonialidade ou, no sentido oposto, como disposição liberadora. Hommi Bhabha, inspirando-se em Edward Said, explica que a nação é uma forma de elaboração cultural ambivalente que tanto funciona como força que subordina como pode ser uma força que cria e produz (Bhabha, 2010: 14).

8. Associações regionais como Clacso e Alas dão contribuição especial para avançar este processo de uma sociologia regional no interior da sociologia global que contribui para liberar um imaginário crítico transnacional, permitindo destacar as nacionalidades como dispositivos anticoloniais. Assim, o regionalismo metodológico neste contexto aparece como condição para a existência de experiências intelectuais estratégicas nas fronteiras da sociologia global, valorizando as particularidades das experiências dos movimentos sociais regionais como, por exemplo, os indigenistas.

A releitura do regionalismo metodológico a partir dos anos 1950 se fez pela teorização histórico-estrutural cepalina que redefiniu as representações mais positivistas tradicionais da geopolítica do conhecimento latino-americano para acolher o tema do desenvolvimento econômico nacional como pedra angular. A ideia de nação foi ressignificada pelo nacional-desenvolvimentismo, sendo substituída a busca idílica pelo tipicamente brasileiro ou latino-americano por outra representação imaginária oferecida pelo trabalho assalariado e pelo consumo. As teorias da dependência – sobretudo as de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1969) – contribuíram para trazer o debate desenvolvimentista para o plano da política. Tais atualizações discursivas ajudaram a construir uma linguagem neo-colonial e desenvolvimentista que promoveu a revisão da leitura mais ortodoxa da sociologia da América Latina, que valorizava fortemente o elemento cultural e identitário para liberar outro olhar sobre o nacional e o popular. Tal revisão contribuiu para estimular certo cosmopolitismo nacionalista periférico que foi apropriado pelos movimentos sociais no campo e na cidade, na segunda metade do século XX.

Neste deslocamento de significações, os temas da nacionalidade e da territorialidade foram atualizados a partir de novas perspectivas discursivas transnacionais que se liberam pelas redes virtuais e pelos sentimentos do cosmopolitismo (Beck, 2000; 2003; 2012), que recortam o nacional por fora e por dentro. Esta possibilidade de visualizar o fenômeno do nacional por fora e por dentro produziu a relativização dos dispositivos geopolíticos tradicionais e facilitou as ondas de profissionalização dos sociólogos dentro e fora da América Latina.

Por fim, o desenvolvimento da sociologia geral da América Latina na região e no Brasil vem demonstrando que a saída não passa por uma sociologia racionalista universal que se aplicaria igualmente em todos os lugares sem considerações das particularidades. Também não passa, no lado oposto, por uma sociologia relativista, que negaria qualquer valor heurístico aos elementos universais na construção do debate sociológico, dando ênfase exagerado ao nacional e ao territorial. A saída passa pelo entendimento dos processos inter, multi e transculturais que atravessam as fronteiras do conhecimento e dos imaginários nacionais e que sofrem adaptações geradas pelas resistências e pela criatividade dos indivíduos e dos grupos sociais no cotidiano, por um lado, e dos intelectuais na organização institucional da cultura e da política, por outro.

Uma sociologia na América Latina

A ideia de uma sociologia “na” América Latina tem em conta que a prática intelectual não deve adotar *a priori* modelos teóricos e epistemológicos como se fossem crenças imutáveis, mas, ao contrário, deve estar aberta ao processo de revisão de todos os dogmas. A ideia de uma sociologia geral na América Latina instiga o sociólogo a considerar seriamente em sua prática analítica os temas da colonialidade e da decolonialidade. Ambos os procedimentos são necessários para se poder traduzir adequadamente ideias formatadas discursivamente em outras realidades para a realidade na qual se vive e se observa o mundo. Há, logo, um giro epistêmico – que considera o deslocamento de sentidos sobre a América Latina – e um giro epistemológico – que considera a reorganização das disciplinas e introdução de outras – a serem considerados, tendo a ver com a reorganização das matrizes temporal e espacial onde se vive, para poder articular o local e o global desde um outro lugar (Escobar, 2003). O risco de se defrontar e viver choques transculturais e transnacionais exige uma atenção metodológica do intelectual intérprete entre pensamento, moral e política, pois os deslocamentos das fronteiras simbólicas da modernidade no centro e na periferia estão impactando sobre os lugares dos sujeitos observadores.

Assim, Zigmunt Bauman (2010: 18) destaca um problema central neste processo de descentramento do processo de observação reflexiva, aquele da perda de eficácia da ambição dos intelectuais modernos continuarem a atuar como legisladores de um mundo entendido como uma totalidade em essência ordenada e externa ao observador (presentes nas duas perspectivas anteriores da América Latina). Antes – acreditava-se –, a tarefa dos legisladores seria apenas a de ordenar probabilidades de um mundo existente fora da vontade do intelectual e criar critérios de classificação entre práticas inferiores e superiores. Nos tempos “pós-modernos” – diz o autor –, reconhece-se, contrariamente, que a ordem não precede as práticas. O intelectual é então obrigado a exercer o papel de intérprete para traduzir afirmações entre diferentes tradições comunais e facilitar a comunicação entre participantes autônomos (Bauman, 2010: 20). As teses pós-modernas, pós-estruturalistas e pós-coloniais recentes vêm avançando nesta releitura da ação intelectual, permitindo o aprofundamento dos estudos sobre as subjetivações na organização da ação social e da agência humana e para estruturar a crítica pós-colonial (Costa, 2006).

O intelectual é convidado a se colocar como intérprete das experiências e das ideias tanto no plano das relações entre culturas acadêmicas nacionais e internacionais como naquele das relações entre saber especializado e saber comum.

Traduzir, adaptar e contextualizar são atividades fundamentais para o exercício do trabalho intelectual neste contexto de multiculturalidade e pluridiversidade dos fenômenos sociais e culturais (Santos, 2008). Induz o sociólogo a exercitar sua imaginação sociológica (Mills, 1982) como recurso metodológico para lidar com o deslizamento dos conceitos. Uma sociologia geral na América Latina convida o pesquisador a buscar generalizações possíveis sem cair na armadilha do universalismo abstrato e descontextualizado; tampouco, no relativismo cultural e nacionalista também descontextualizado.

O intercâmbio internacional de autores e a difusão das produções acadêmicas nacionais, em escala internacional, nas direções Norte-Norte e Norte-Sul, desde os anos 1980 revelam a importância dos deslocamentos conceituais liberando a multiplicidade de olhares sobre os modos de organização da vida social e cultural. Os giros epistêmicos e epistemológicos dos anos 1980 nas ondas da pós-modernidade e do pós-estruturalismo deslocaram a centralidade dos dispositivos de poder colonial, liberando o imaginário intelectual pós-colonial crítico que alguns chamam de decolonial (Walsh, Schiwy & Castro-Gomez, 2002)⁹.

9. Em outros termos, podemos sugerir que os deslocamentos epistemológicos em curso durante as diferentes fases da colonialidade e, sobretudo, a partir de meados do século XX, questionam os lugares tradicionais dos intelectuais periféricos como legisladores da modernização nacional. Há de se aprender a refazer o lugar de julgamento da realidade para liberar os processos criativos e a imaginação estética (Rancière, 2012).

Em paralelo, há deslocamentos de sentidos relevantes gerados pelo modo como o neoliberalismo está contribuindo para a decomposição da matriz espacial e temporal que era organizada pelo Estado nacional, os quais estão influenciando sobre as novas representações do mundo no campo acadêmico. A reorganização de uma sociologia da América Latina apenas vem acontecendo com as revisões importantes do imaginário da modernidade a partir das críticas filosóficas, linguísticas e literárias. Tais revisões permitem repensar as narrativas dos “subalternos” e rever temas tradicionais da teoria social, como lembra Partha Chatterjee (2008: 58), “aqueles de sociedade civil e Estado, cidadania e direitos, afiliações universais e identidades particulares”.

Ou seja, rever as capacidades de conceituar e classificar as coisas a partir do reconhecimento do pluralismo de possibilidades de organização do mundo e da cultura. Por conseguinte, os deslocamentos dos modos de interpretação e construção da realidade estão fragmentando a matriz espacial e temporal tradicional fundada nas representações da sociedade nacional como produto de fora (sociologia sobre) ou como razão histórica autônoma (sociologia da) que foram marcantes na organização dos imaginários sociológicos modernos no centro e na periferia. Isto implica dizer que os novos posicionamentos do sujeito passam a ocorrer nos interstícios e nas brechas porosas do nacional e do cultural, abrindo-se ao *inter-mundo* (Martuccelli, 2006) ao transnacional e ao transcultural.

A desconstrução discursiva de uma ordem moderna racional em declínio para a reconstrução de novos discursos plurais e descentrados que reelaboram a ação racional a partir das experiências de afetos e desejos, como diria Espinoza (2007), é fundamental para o reconhecimento do pluralismo de racionalidades possíveis na organização do mundo. Um agir sociológico aberto a um sentir amplo da experiência plural ajuda-nos a entender que o caminho adequado do pensamento não é o da negação ou aceitação simples e sem questionamentos de uma pretensa universalização do conhecimento humanista. Há que se rever o universalismo como campo de força e de poder. Para isso, é importante aprofundar as implicações multi, trans e interculturais na organização dos processos sociais para liberar as subjetivações coletivas, as memórias e experiências reprimidas e as novidades que ainda não emergiram.

Nesta perspectiva, o nacionalismo metodológico pode ser redirecionado para ajudar a sociologia latino-americana a ressignificar a nacionalidade não como substância ou como excesso, mas como marcador cultural e histórico útil para se repensar a agência pós-colonial na confluência de outros marcadores de gênero, etnicidade, religiosidade e ancestralidade. A capacidade da sociologia repensar positivamente o nacional como lugar de produção de experiências políticas e culturais abertas para dialogar com os sistemas do cotidiano constitui um desafio importante neste trabalho de revisão epistêmica e epistemológica.

Uma sociologia “na” América Latina compreende o trabalho de articulação de teorias e métodos a partir do objeto que se elege como central para a reflexão sociológica em certo momento e em certo lugar – e não em função de sua origem geográfica ou de uma determinação positiva externa. Uma tal sociologia deve estar aberta para rever dogmas da sociologia moderna como aqueles de mercado, Estado, ciência, sociedade civil, democracia e indivíduo. Essa revisão é essencial para demonstrar a insuficiência dos conceitos em questão e para revelar tanto a complexidade dos processos de subjetivação coletivos como a presença de instituições variadas que nascem das tensões fronteiriças entre culturas e campos de conhecimentos diversos.

A contextualização do saber sociológico permite entender que a presença fenomênica do sujeito histórico – individual ou coletivo – não pode ser congelada pela valorização de um único marcador, seja ele o de classes, o de função social, o de raça e de etnicidade, o de gênero, o de sexualidade, o de nacionalismo, o de religiosidade ou o de meio ambiente. Nos sistemas periféricos, os conflitos têm outras conotações que escapam das representações entre capital e trabalho para

incluir antigos e novos marcadores articulando transversalmente classe, racialidade, nacionalismo, gênero e sexualidade com religiosidade, natureza e ancestralidade. O modo de incidência desses marcadores na produção de conflitos e pactos conhece variadas possibilidades que são dadas pelas disposições culturais e pelos modos de apresentação do sujeito da diversidade que ganhou destaque particular na América Latina a partir das lutas antirracistas e feministas (Segato, 2015; 2016). Tais marcadores obrigam a teoria social na periferia a flexibilizar a tese da universalidade do conhecimento sociológico produzido nos países centrais, de modo a reorganizar a agência humana pós-colonial a partir de outra matriz espaço-temporal.

A reorganização dos marcadores a partir das encruzilhadas das culturas leva necessariamente a rever os conceitos basilares. Neste sentido, Hommi Bhabha faz um comentário exemplar ao afirmar que

não é tanto a oposição Estado ↔ sociedade civil, mas antes a oposição capital ↔ comunidade que parece ser a grande contradição que a filosofia ocidental não consegue superar (Bhabha, 2003: 316).

Em síntese, a revisão dos sentidos da modernidade ocidental a partir da tensão entre capitalismo e colonialidade, explorando as brechas abertas pela crítica pós-colonial, pós-moderna e pós-estruturalista está ampliando o trabalho de desmonte do universalismo científico para liberar novos modos de construção imaginária da realidade pós-colonial¹⁰.

Também é necessário assinalar que a produção intelectual moderna não vem sendo reorganizada somente a partir da academia. Há importantes movimentos intelectuais à margem do campo acadêmico: no interior das instituições sociais, nas Igrejas, nos sindicatos, nas organizações não governamentais, nos movimentos de bairros, nas ações voluntárias e solidárias. Tais produções não acadêmicas devem ser consideradas por colocarem em evidência a importância de sociologias que articulam o saber reflexivo com saberes e experiências diversas fornecidos pelo lugar e pelo cotidiano no contexto de uma modernidade seletiva (Souza, 2000). Esses movimentos intelectuais são importantes para a articulação das reflexividades de alta e baixa complexidade que contribuem, a partir da academia e das instituições diversas da vida social, para organizar os pensamentos, as crenças, os valores e as rotinas dos indivíduos e grupos sociais, para gerar novos modos de subjetivação da realidade. Assim, a sociologia na América Latina se realiza simultaneamente nos planos do erudito e do popular a partir de linguagens diversas que precisam ser objeto de articulação institucional e política.

10. Enrique Dussel (1993) e Anibal Quijano (2003) sugerem que a modernidade começa nas antigas colônias da América Latina, que forneceram o ouro e outras riquezas necessárias para a expansão do capitalismo colonial e para o enriquecimento das burguesias europeias. Assim, a modernidade foi um processo de duas vias, implicando em uma significativa imbricação cultural entre as culturas do centro e as culturas da periferia do capitalismo mundial. Não há uma modernidade ocidental que se espalha pelo globo, mas processos transmodernos (Dussel, 1993) que geram modernidades múltiplas (Eisenstadt, 2002). Tal entendimento descentra o sujeito (Hall, 1998) e faz deslizar as várias significações da modernidade por dentro e por fora.

Para concluir: rumos da sociologia geral Latino-Americana

Neste artigo procuramos defender a importância da sociologia latino-americana como projeto intelectual transnacional inédito que surge ainda no século XIX, no contexto das lutas anticoloniais nas sociedades da América Latina e do Caribe, e que conheceram precocemente seus processos de independência colonial e de formação dos Estados nacionais. O surgimento de gerações de intelectuais pensando o sistema macrorregional desde então, tem grande importância. Trata-se de uma novidade histórica no campo de formação das humanidades nos sistemas periféricos, mas também daqueles centrais, pois grande parte das escolas de sociologia surgiram a partir de campos nacionais – na França, na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos etc. – e que se comunicavam pouco entre si até pelo menos a virada epistemológica dos anos 1980. Por isso, é relevante destacar a novidade histórica da sociologia geral latino-americana, contribuindo para emancipar um pensamento social pós-independentista que reverberou na formação de associações humanistas continentais como a Clacso, a Cepal e a Alas, com impacto sobre os programas desenvolvimentistas, as políticas públicas e os movimentos sociais.

A ideia de uma sociologia geral vem sendo, agora, revalorizada pela teoria social na Europa, sobretudo na França e na Alemanha. Alguns consideram mesmo que esta revalorização deveria significar uma rearticulação da sociologia como filosofia moral e política (Chanial, 2011), permitindo aos profissionais questionarem suas bases conceituais a partir de um horizonte humanista mais amplo e adequado para esclarecer os desafios cognitivos, emocionais e existenciais da atualidade. De fato, os limites técnicos observados com os excessos da especialização disciplinar levaram a sociologia profissional e acadêmica tanto no Norte como no Sul global a reforçar as fronteiras de seus pressupostos fundadores e a valorizar o espírito corporativista, negligenciando os compromissos normativos da disciplina com as tarefas de explicação das mudanças mais gerais da sociedade global e das sociedades nacionais.

Curioso observar que – diferentemente do caso brasileiro – na América Latina, grande parte da sociologia continua imbricada com outras disciplinas das ciências sociais, confirmando a presença de uma sociologia geral que se espalha institucionalmente sobre o conjunto do pensamento humanista na vida universitária (Domingues, 2009). O caso do Brasil com seus mais de 50 programas de pós-graduação completos, com mestrado e doutorado somente em sociologia, é uma exceção neste universo latino-americano e caribenho. Isto pode esclarecer por

que esta influência do *decolonial studies* foi mais lenta e menos impactante do ponto de vista institucional, visto que a ortodoxia disciplinar resistiu a incorporar as fronteiras disciplinares de modo mais consistente.

Este contexto de uma sociologia ampliada, que muitas vezes se confunde com as ciências sociais e humanas, ajuda a explicar a recepção favorável nos países de língua hispânica das teses pós-estruturalistas da *French theory* de Foucault, Derrida, Deleuze, entre outros. A emergência dos estudos decoloniais implicaram uma revisão da sociologia acadêmica a partir dos giros epistemológicos ocorridos por influência da filosofia e da linguística, contribuindo para a valorização das relações dos estudos sociológicos com a linguística, a filosofia, a literatura e a etnologia em campos intelectuais abertos para este diálogo, desde final do século XX, no México, na Colômbia, no Peru e em vários departamentos e institutos sobre a América Latina na Europa e nos Estados Unidos.

Mas a expansão dos estudos pós-coloniais e decoloniais ainda encontra resistências nos departamentos e programas de sociologia, sobretudo no Brasil, reforçando – no meu entender – certa impermeabilidade do campo disciplinar profissionalizado de se abrir para o diálogo inter e transdisciplinar. Isso limita os esforços de se entender a sociologia geral como campo disciplinar de abrangência interdisciplinar e *intermundo* a permitir uma crítica mais vertical das diversas narrativas que estão povoando a recolonialidade e sua desconstrução crítica no momento presente.

Por isso, o desenvolvimento da sociologia geral na América Latina, considerando as três perspectivas que desenhamos sobre percurso desde o século XIX – sociologias “sobre”, “da” e “na” América Latina – expressam este esforço de sublinhar a originalidade da contribuição do pensamento social latino-americano e caribenho, neste momento. Trata-se de um contexto complexo em que se verificam pressões geopolíticas importantes da *intelligentsia* governamental e das grandes empresas norte-americanas para fatiar a região e para desmobilizar este sentimento anticolonial e liberador que mantém a chama dos movimentos sociais e democráticos na região, ressaltando-se, em particular, a sociologia, que é a disciplina mais comprometida com a crítica anticolonial.

Os desafios de reorganização do campo da sociologia são amplos. Não há que se negar o valor da sociologia moderna e contemporânea, mas há que se ampliar o entendimento do que seja sociedade num mundo que se expande em redes variadas e multiplicadas nos planos real e virtual. Emergem novos desafios postos pelos giros epistêmicos e que estão deslocando rapidamente as matrizes espa-

ciais e temporais no âmbito das quais o progresso histórico moderno e linear foi pensado, favorecendo a emancipação de uma teoria crítica da colonialidade que integra todas as tradições anteriores. Os giros epistêmicos em curso apontam para uma ressignificação radical do universo social que conhecíamos, para o esgotamento das matrizes do tempo do progresso histórico que marcou o paradigma da modernização capitalista e do desenvolvimentismo nacional na região. Os giros epistemológicos voltam-se para a reorganização das disciplinas e marcos interpretativos, considerando mais claramente as tensões entre os problemas globais e locais, com atenção tanto nas mudanças sistêmicas no plano macrossociológico como aquelas nos planos locais, microsociológicos, abrindo para os temas da diversidade e da ecologia (Farah & Gil, 2012).

Surgem brechas, descontinuidades e incertezas que revelam tanto as novas possibilidades da sociologia geral pós-iluminista, no lado positivo, como um anti-intelectualismo conservador e reativo à emancipação do humano como projeto ético e fundado numa diversidade complexa, no lado negativo. É possível que o novo ciclo de desenvolvimento da sociologia acadêmica avance no sentido da revisão das interpretações da agência humana e de seus modos de subjetivação da realidade. A valorização da experiência interior (Bataille, 2016) na organização do mundo objetivo deixa de ser um tema marginal na sociologia para aparecer como área importante dos estudos sobre as condições de colonização e descolonização de crenças e práticas. Ao se valorizar o tema da interioridade, prestigiam-se os temas da criatividade, das emoções e dos afetos para se pensar as conexões do corpo humano e dos sistemas vivos no contexto de emergência do antropoceno (Chakrabarty, 2009) e de recolonização em curso inspirada pelo neoliberalismo.

Questão importante a ser enfrentada, do ponto de vista teórico e acadêmico, diz respeito a necessária superação de paradigmas dualistas que reproduzem a colonialidade do saber (Lander, 2003) e que informam o atual processo de recolonização planetária. As dificuldades de organização de uma consciência ampla sobre a relação entre o ser humano e a natureza é um desafio importante para se pensar as perspectivas do pós-desenvolvimento (Escobar, 2010; Martins, 2012; Martins e Araújo, 2016). Há que se superar os modos egocêntricos de construção mental e afetiva do mundo. O binarismo do pensamento continua a funcionar como dispositivo de classificação moral, contribuindo para fixar crenças epistemológicas e teóricas que separam e impedem movimentos empáticos no interior da sociedade. O binarismo inibe a visualização dos nexos éticos que deveriam se sobrepor às distintas realidades históricas e culturais de indivíduos e de grupos, contribuindo para desvalorizar as experiências afetivas, emocionais e cognitivas comuns. O reenquadramento de olhares e modos de subjetivação da realidade convida o

pensamento acadêmico e sociológico a ajustar os sentidos de produção de ideias e a autorresponsabilidade de cada um na promoção do cuidado de si e do outro e na promoção da democracia (Ansaldi, 2007).

A superação da colonialidade do saber exige a superação do fosso entre saber especializado e saber comum de modo a se avançar em saberes compartilhados que espelhem a complexidade do mundo da vida, por um lado, e que favoreçam reflexões críticas sobre este, por outro. Há que se reorganizar o Estado e as ações públicas, gerando maior inclusão social, com justiça cognitiva e moral. Todas estas revisões teóricas consideram um ponto comum relevante: a importância de sair de teorizações abstratas sobre a realidade que reforçam as ideologias universalistas para ressignificar o valor da experiência vivida no cotidiano, o evento. Pois somente pela redescoberta do sentido do corpo, das emoções e das percepções múltiplas sobre a realidade, podem os indivíduos superar o fetiche da mercadoria para reintegrar o homem e sua natureza, corporal e comunitária.

Referências

ANSALDI, Waldo (Org.). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Araújo. Modernidade/colonialidade sem “imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. *Dados* [online], v. 60, n. 2, p.505-540, 2017.

BAUMAN, Zigmunt. *Legisladores e intérpretes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

———. *Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BATAILLE, George. *A experiência interior*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BHABHA, Hommi. *Nación y narración. Entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

———. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BECK, Ulrich. La redefinición del proyecto sociológico: el desafío cosmopolita. *Sociológica*, v. 2, n. 7, p. 269-280, 2012.

———. Toward a new critical theory with a cosmopolitan intent. *Constellation: An International Journal of Critical and Democratic Theory*, v. 10, n. 4, 2003.

———. The cosmopolitan perspective: sociology of the second age of modernity. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, p. 79-105, 2000.

BOLÍVAR, Simón. *1981: Simón Bolívar ideário político*. Caracas: Ediciones Centauro, 1981.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Cadernos CRH*, v. 28, n. 73, p. 59-76, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologie générale. v. 1, Cours au Collège de France 1981-1983*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2015.

BURGOS, Elizabeth. *Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

CAILLÉ, Alain. *La sociologie malgré tout. Autres fragments d'une sociologie générale*. Paris: Presses Universitaires de Paris-Ouest-Nanterre, 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

CASTRO GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. Introducción: La translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización. In: CASTRO GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (Eds.) *Teorías sin disciplina. Latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México (DF); San Francisco (CA): Miguel Angel Porrúa; University of San Francisco, 1998.

CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Édition Présence Africaine, 1955.

CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, v. 35, p. 97-222, 2009.

———. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2000.

- CHANIAL, P. *La sociologie comme philosophie politique et réciproquement*. Paris: La Découverte; Bibliothèque du Mauss, 2011.
- CHATERJEE, Partha. *La nación en tempo heterogéneo y otros estúdios subalternos*. México (DF): Siglo Veintiuno; Clacso, 2008.
- CONNELL, Raewyn . *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge (UK): Polity Press, 2007.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.
- DERRIDA, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1967.
- DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a modernidade contemporânea. Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- DUSSEL, Enrique. 1492. *O encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.
- . *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1995.
- EISENSTADT, Shmuel. *Multiple modernities*. New Jersey: Daedelus, 2002.
- ESCOBAR, Arturo. *Una minga para el postdesarrollo. Lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Lima: Universidad Mayor de San Marco, 2010.
- . El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- ESPINOZA, Baruch. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1952.
- FARAH, Ivonne; GIL, Maurício. Modernidades alternativas: una discusión desde Bolivia In: MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. *Fronteiras abertas da América Latina. Diálogo na Alas*. Recife: Editora UFPE, 2012.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

———. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.

———. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GERMANI, Gino. *Política e sociedade numa época de transição*. São Paulo: Editora Mestre JEU, 1973.

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. London: Verso, 1993.

GONZALES CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Orgs.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, p. 431-458. Buenos Aires: Clacso, 2007.

———. *Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo*. Paris: Unesco, 1963.

GROSFUGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 115-147, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. Postextractivismo y alternativas al desarrollo desde la sociedad civil. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. *Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI*. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A problemática da realidade brasileira. In: INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB). *Introdução aos problemas do Brasil*, p. 13-32. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

GUNDER FRANK, André. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. México (DF): Siglo Veintiuno, 1967.

HALL, Stuart *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da história*. Brasília: Editora UnB, 1995.

JULIEN, François. *O diálogo entre as culturas. Do universal ao multicultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanistas*. Buenos Aires: Clacso, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México (DF): Ediciones Era, 1973.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. México (DF): Ediciones Era, 1978.

MARTÍ, José. *Nuestra América*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2005.

MARTINS, Paulo Henrique. Neoliberalism and crisis of the republican pact. In: SCRIBANO, A.; LOPEZ F. T.; KORSTANJE, M. E. (Orgs.). *Neoliberalism in multi-disciplinary perspective*. Zurique (CH): Springer, 2019.

———. *La decolonialidad de América Latina y la heterotopia de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus; Estudios Sociologica Editora, 2012.

MARTINS, Paulo Henrique; ARAÚJO SILVA, Marcos. *Democracia, pós-desenvolvimento e bem comum*. Recife: Editora UFPE, 2016.

MARTUCCELLI, Danilo. Penser l'intermonde, ou comment oublier le problème de l'ordre social. *Revue du Mauss*, n. 27 – “De l'antiutilitarisme: anniversaire, bilan et controverses”, p. 431-443, 2006.

MAUSS, Marcel. *sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 5, p. 40-56, 2002.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – “Dossiê: Literatura, língua e identidade”*, n. 34, p. 287-324, 2008.

———. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

- MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de occidente. In: NAVAZ, L. S.; HERNÁNDEZ, A. (Eds.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitário. Mujeres creando comunidad*. La Paz: Melanie Cervantes, 2010.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PIETERSE, Jan Nederveen. *Globalization or empire?* New York; London: Routledge, 2004.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente coletivo*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- ROBERTSON, Roland. Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott; ROBERTSON, Roland (Eds.). *Global modernities*, p. 25-44. London: Sage, 1995.
- ROSAS, Marcelo. Estado e ações coletivas na África do Sul e no Brasil: por uma sociologia contemporânea dos países não exemplares. *sociologias*, Ano X, n. 20, p. 292-318, Jul./Dez. 2008.
- ROSTOW, Walt Whitman. *The stages of economic growth: A non-communist manifesto*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1960.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.
- SAID, Edward. *Orientalismo e Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortêz, 2008.
- SEGATO, Rita. *La Guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

———. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

SOUZA, Jessé. *Uma interpretação alternativa do dilema brasileiro. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 2000.

SOSA ELÍZAGA, R. *Facing an unequal world. Challenges for global society*. London: Sage, 2018.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Contribuições da sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise crítica e compromisso social. *sociologias*, Ano VII, n. 14, p. 178-243, Jul./Dez. 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (Eds.). *Indisciplinar las ciencias sociales*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar-Abya-Yala, 2002.

ZEA, Leopoldo. *La filosofía americana como filosofía sin más*. 3 ed. México (DF): Siglo Veintiuno, 1975.

